

LEI N. 9.034, DE 27 DE DEZEMBRO DE 1994

Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH, a ser implantado no período 1994 e 1995, em conformidade com a Lei n. 7663, de 30 de dezembro de 1991, que instituiu normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos

O Governador do Estado de São Paulo.

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 1º - O Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH referente ao período 1994/1995, aprovado por esta Lei, sucede ao Primeiro Plano Estadual de Recursos Hídricos, aprovado pelo Decreto n. 32.954, de 7 de fevereiro de 1991.

§ 1º - A execução do PERH será feita de acordo com a Lei n. 8.359, de 27 de julho de 1993, sobre diretrizes orçamentárias, para o exercício de 1994, e a Lei n. 8.509, de 28 de dezembro de 1993, que aprovou o orçamento anual, no que diz respeito ao orçamento de 1994.

§ 2º - A execução do PERH, no exercício de 1995, será feita de acordo com as diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária a serem aprovadas para o próximo exercício.

Art. 2º - O projeto de lei referente ao PERH, a ser executado no quadriênio 1996/1999, será encaminhado à aprovação da Assembléia Legislativa, contemporaneamente ao do Plano Plurianual correspondente, ou na falta deste, até o final do ano de 1995, conforme dispõe o artigo 18 da Lei n. 7.663, de 30 de dezembro de 1991.

Art. 3º - Os relatórios de Situação dos Recursos Hídricos, referentes aos exercícios de 1993 e 1994, serão publicados até 30 de abril de 1995, com propostas de ajustes ao PERH, que serão incorporados aos projetos de lei de diretrizes orçamentárias e de orçamento anual referentes aos exercícios de 1995 e 1996.

Art. 4º - Em atendimento ao que dispõe o artigo 20, da Lei n.7.663, de 30 de dezembro de 1991, fica aprovada a divisão do Estado de São Paulo em 22 (vinte e duas) Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHI, conforme consta do Anexo I.

Parágrafo único - A divisão de que trata o “caput” deste artigo deverá ser adotada pelos órgãos e entidades do Estado, participantes do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, quando da proposição de planos e programas de utilização, recuperação, proteção e conservação dos recursos hídricos.

Art. 5º - Os Municípios integrantes de cada Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHI estão relacionados no Anexo II.

Art. 6º - Na sua primeira reunião ordinária após a promulgação desta Lei, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH aprovará a subdivisão hidrográfica do Estado.

Art. 7º - A divisão e subdivisão de que tratam os artigos anteriores, orientarão:

I - a eleição de representantes do Municípios para integrar o Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH;

II - a criação de Comitês de Bacias Hidrográficas;

III - o incentivo à organização e funcionamento de associações de usuários de recursos hídricos, em particular de associações de irrigantes;

IV - a articulação com a União, com os Estados vizinhos e com os Municípios para o gerenciamento de recursos hídricos de interesse comum;

V - o incentivo à formação de consórcios intermunicipais nas bacias ou regiões hidrográficas, em conformidade com o artigo 31, da Lei n. 7.663, de 30 de dezembro de 1991;

VI - a delegação aos Municípios para a gestão de águas de interesse exclusivamente local, de acordo com o artigo 32 da Lei n. 7.663, de 30 de dezembro de 1991;

VII - a proposição de programas de duração continuada componentes do PERH;

VIII - a elaboração do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo e os Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas;

IX - a instituição de áreas de proteção de mananciais e de proteção ambiental, onde haja ênfase para proteção do recurso hídrico.

§ 1º - Na aplicação deste artigo, além dos dados físicos utilizados para o estabelecimento da divisão e subdivisão hidrográficas, poderão ser considerados fatores políticos, econômicos e sociais para definir, dentre outros aspectos, a representação dos Municípios e a jurisdição de Comitês de Bacias que poderão considerar, se necessário, partes ou conjuntos de Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos - URGHI.

§ 2º - Os Municípios cujo território compreende mais de uma bacia hidrográfica poderão participar dos comitês dessas diferentes bacias.

Art. 8º - Ficam criados os Comitês da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista, correspondentes à áreas das Unidades de Gerenciamento do Rio Paraíba do Sul e Mantiqueira, cujas organizações serão propostas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRHI, em até 120 (cento e vinte) dias da promulgação desta Lei.

Art. 9º - A ordem de criação dos demais Comitês de Bacias Hidrográficas poderá ser estabelecida pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH, até que seja aprovado o projeto de lei referente ao PERH, a ser executado no quadriênio 1996/1999, com base na experiência de funcionamento dos comitês já instalados ou como decorrência de fatos supervenientes.

§ 1º - As alterações das áreas de jurisdição dos comitês e a sua incorporação ou fusão somente serão feitas pelo CRH, com anuência dos comitês, a partir de pelo menos 1 (um) ano de efetivo funcionamento na situação anterior.

§ 2º - Para a implantação dos comitês será necessária a concordância de pelo menos metade mais um dos Municípios integrantes da bacia, com manifestação expressa dos Prefeitos Municipais.

§ 3º - A implantação dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos rios de domínio deverá ser acompanhada de articulações do Governo do Estado de São Paulo com a União e com os Governos dos Estados limítrofes, tendo em vista o estabelecimento de convênios, ou mecanismos Institucionais de cooperação e intercâmbio, para a solução de questões de interesse comum, nessas bacias hidrográficas.

CAPÍTULO III

Objetivos e Diretrizes Gerais

Art. 10 - São objetivos e diretrizes gerais do PERH - 1994/1995:

I - resolver ou atenuar a escassez hídrica, quantitativa e qualitativa, nas bacias hidrográficas industriais, mediante:

a) realização de projetos integrados de utilização, regularização, conservação, proteção e recuperação da qualidade dos recursos hídricos;

b) restrição à concentração demográfica e industrial, através de políticas de ordenamento do uso do solo urbano e rural a serem definidas em processo de articulação com órgãos ou entidades metropolitanos, ambientais, e com os Municípios;

c) racionalização do uso dos recursos hídricos nos sistemas públicos de abastecimento de água, com diminuição de perdas e desperdícios e promoção da utilização de instalações hidráulicas domiciliares que economizarem água;

d) restrições ao crescimento industrial, das indústrias grandes consumidoras ou poluidoras dos recursos hídricos, promoção do uso eficiente do recurso hídrico na indústria, com recirculação da água e reutilização de efluentes;

e) racionalização da agricultura irrigada pelo zoneamento hidroagrícola e promoção do uso eficiente da água, com orientação e assistência ao agricultor;

f) gerenciamento dos recursos hídricos com rigorosa aplicação de seus instrumentos técnicos e jurídicos como a outorga de direitos de uso, licenciamento ambiental, monitoramento e fiscalização;

g) utilização de recursos hídricos de bacias hidrográficas vizinhas, como solução extrema, com cautelosa avaliação dos benefícios, prejuízos e impactos econômicos, sociais e ambientais e proposição de medidas de compensação e mitigação dos impactos e prejuízos.

II - prevenir a escassez hídrica em bacias hidrográficas em industrialização, mediante:

a) implantação de projetos integrados de aproveitamento, controle, proteção e recuperação dos recursos hídricos;

b) planejamento da localização das atividades econômicas utilizadoras ou poluidoras dos recursos hídricos e proteção dos mananciais de abastecimento de água das populações;

c) racionalização do uso dos recursos hídricos nos sistemas públicos de abastecimento de água, na indústria e na irrigação;

d) implantação e aprimoramento progressivo do gerenciamento dos recursos hídricos, com aplicação criteriosa de seus instrumentos.

III - solucionar os conflitos de uso ou poluição dos recursos hídricos em sub-bacias e áreas de concentração de irrigação ou de indústrias, mediante intervenções, serviços e obras;

IV - desenvolver os recursos hídricos das bacias hidrográficas agropecuárias, com projetos e obras de aproveitamento racional, desenvolvimento, conservação e proteção dos mesmos;

V - harmonizar a conservação de áreas ambientalmente protegidas com as atividades econômicas e sociais nas bacias hidrográficas onde haja predominância dessas áreas.

Parágrafo único. As unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHI, estabelecidas por este PERH, ficam classificadas em conformidade com o Anexo III.

CAPÍTULO IV

Diretrizes e Critérios Gerais para o Gerenciamento de Recursos Hídricos

Art. 11 - O gerenciamento dos recursos hídricos deverá ser feito segundo orientações estabelecidas pelos planos de bacias hidrográficas, a serem desenvolvidos em conformidade com o artigo 17 da Lei n. 7.663, de 30 de dezembro de 1991, e com esta Lei.

Art. 12 - Enquanto não estiver estabelecido o plano de uma determinada bacia hidrográfica, a prioridade de uso dos respectivos recursos hídricos obedecerá a seguinte ordem:

I - atendimento das primeiras necessidades da vida;

II - abastecimento de água às populações, incluindo-se as dotações específicas necessárias para suprimento doméstico, de saúde e de segurança;

III - abastecimento de água de estabelecimentos industriais, comerciais e públicos em geral, situados em áreas urbanas, que se utilizam diretamente da rede pública, com demandas máximas a serem fixadas em regulamento;

IV - abastecimento doméstico e de animais em estabelecimentos rurais e irrigação em pequenas propriedades agrícolas para produção de alimentos básicos, olericultura, fruticultura e produção de mudas em geral;

V - abastecimento industrial, para fins sanitários, e para a indústria de alimentos;

VI - aquicultura;

VII - projetos de irrigação coletiva, com participação técnica, financeira e institucional do Estado, dos Municípios e dos irrigantes;

VIII - abastecimento industrial em geral, inclusive para a agroindústria;

IX - irrigação de culturas agrícolas em geral, com prioridade para produtos de maior valor alimentar e tecnologias avançadas de irrigação;

X - geração de energia elétrica, inclusive para o suprimento de termoeletricas;

XI - navegação fluvial e transporte aquático;

XII - usos recreativos e esportivos;

XIII - desmonte hidráulico na indústria da mineração;

XIV - diluição, assimilação e transporte de efluentes urbanos, industriais e agrícolas.

Parágrafo único - A ordem de propriedades estabelecida neste artigo, a partir do inciso IV, poderá ser adaptado pelo Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos - CORHI às vocações regionais e às peculiaridades das bacias e sub-bacias hidrográficas, de forma a compatibilizar o gerenciamento dos recursos hídricos com o desenvolvimento regional e com a proteção e conservação ambiental.

Art. 13 - Quando o uso do recurso hídrico depender de outorga ou de licenciamento, em conformidade com o Código de Águas, com a Lei n. 7.663, de 30 de dezembro de 1991, com a Lei n. 997, de 31 de maio de 1976, e seus regulamentos, as decisões a respeito seguirão a orientação estabelecida pelo plano de bacia hidrográfica e, na falta deste, observarão o seguinte:

I - a ordem de prioridades será a estabelecida no artigo anterior;

II - a vazão de referência para orientar a outorga de direitos de uso de recursos hídricos será calculada com base na média mínima de 7 (sete) dias consecutivos e 10 (dez) anos de período de retorno e nas vazões regularizadas por reservatórios, descontadas as perdas por infiltração, evaporação ou por outros processos físicos, decorrentes da utilização das águas e as reservas de bacias hidrográficas;

III - terá preferência para a outorga de direito de uso de recursos hídricos o usuário que comprovar maior eficiência e economia na sua utilização, mediante tecnologias apropriadas, eliminação de perda e desperdícios e outras condições, a serem fixadas em regulamento.

§ 1º - No caso de águas de domínio federal ou de geração hidrelétrica, a ordem de prioridades de que trata este artigo será estabelecida mediante articulação com a União.

§ 2º - A outorga de direitos de uso dos recursos hídricos será feita em consonância com a legislação ambiental.

Art. 14 - Quando a soma das vazões captadas em uma determinada bacia hidrográfica, ou em parte desta, superar 50% (cinquenta por cento) da respectiva vazão de referência, a mesma será considerada crítica e haverá gerenciamento especial que levará em conta.

I - o monitoramento da quantidade e da qualidade dos recursos hídricos, de forma a permitir previsões que orientem o racionamento ou medidas especiais de controle de derivações de águas e de lançamento de efluentes;

II - a constituição de comissões de usuários, supervisionadas pelas entidades estaduais de gestão dos recursos hídricos, para o estabelecimento, em comum acordo, de regras de operação das captações e lançamentos;

III - a obrigatoriedade de implantação, pelos usuários, de programas de racionalização do uso de recursos hídricos, com metas estabelecidas pelos atos de outorga.

Art. 15 - No caso de racionamento, será dado tratamento isonômico aos usuários, respeitadas as prioridades estabelecidas nos incisos I e II do artigo 12 desta Lei.

§ 1º - As atividades consideradas essenciais à saúde e segurança públicas não poderão ser afetadas significativamente pelo racionamento.

§ 2º - A discriminação das bacias hidrográficas sujeitas a racionamento e as normas gerais de racionamento serão de deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH.

Art. 16 - Quando, em determinadas bacias ou sub-bacias hidrográficas, houver grande concentração de estabelecimentos usuários de águas e conflitos potenciais, em termos de quantidade ou qualidade, o Estado incentivará a organização e funcionamento de associações de usuários, como entidades auxiliares no gerenciamento dos recursos hídricos e na implantação, operação e manutenção de serviços e obras.

Parágrafo único - As associações de usuários serão entidades privadas com objetivos apropriados às peculiaridades das bacias ou sub-bacias hidrográficas, podendo receber outorgas do Estado ou com ele agir mediante convênios ou consórcios.

Art. 17 - Quando a densidade de irrigação, em bacias ou sub-bacias hidrográficas determinadas, atingir a 5ha/km² (cinco hectares por quilômetro quadrado), as associações de usuários tomarão a forma de associações de irrigantes e terão preferência na outorga de direitos de uso dos recursos hídricos para irrigação, sendo-lhes facultada a sub-rogação de cotas de água entre os seus associados.

Parágrafo único - As associações de irrigantes terão assistência técnica e cooperação financeira do Estado para o projeto, construção e operação de sistemas de irrigação e drenagem, com rateio de custos dos investimentos, segundo critérios e normas a serem estabelecidos pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH.

Art. 18 - Nas áreas em que os recursos hídricos forem considerados fundamentais para o equilíbrio dos ecossistemas naturais existentes ou a serem recuperados, ou para o abastecimento das populações, a sua utilização para outros fins será vedada, restringida ou controlada mediante a instituição, por lei, de espaços territoriais especialmente protegidos.

Parágrafo único - Os municípios atingidos pelas restrições estabelecidas neste artigo, bem como aqueles referidos no artigo 5º da Lei n. 7.663, de 30 de dezembro de 1991, serão compensados pelo Estado através do desenvolvimento conjunto dos programas previstos no item 10 do Anexo IV.

CAPÍTULO V

Programas de Duração Continuada

Art. 19 - Os Programas de Duração Continuada - PDC, integrantes deste Plano, estão especificados e caracterizados no Anexo IV.

Art. 20 - A execução dos programas mencionados no artigo anterior, nas Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHI, será feita de forma integrada, em conformidade com o que for aprovado pelo CRH, para execução do PERH 1994/1995.

Art. 21 - Os investimentos financeiros a serem estimados para aplicação nas bacias hidrográficas ficam assim definidos:

I - Investimento Desejável - ID: investimento decenal estimado para proporcionar à UGRHI otimização de disponibilidade de recursos hídricos, em termos de quantidade e de qualidade, suprimindo a deficiência de investimentos do passado e garantindo, a situação preconizada;

II - Investimento Desejável 1994/1995 - ID - 94/95: investimento desejável referente ao período 1994/1995 estimado para recuperar parte da deficiência de investimentos do passado e prover o crescimento das demandas e das cargas poluidoras no período;

III - Investimento Piso 1994/1995 - IP 94/95: investimento mínimo necessário para manter estável a situação quantitativa e qualitativa dos recursos hídricos, sem agravamento em face do desenvolvimento econômico, com o correspondente crescimento das demandas e das cargas poluidoras das águas;

IV - Investimentos Recomendados 1994/1995 - IR 94/95: investimentos recomendados para aplicação no período 1994/1995, a serem viabilizados mediante rateio entre a União, o Estado, os Municípios e com a obtenção de financiamentos nacionais e internacionais;

V - Investimento Orçamento/1994: investimentos definidos pela Lei n. 8.509, de 28 de dezembro de 1993, que aprovou o Orçamento do Estado para o exercício de 1994.

Art. 22 - Os Investimentos Recomendados 1994/1995 para as bacias hidrográficas serão aprovados pelos Comitês de Bacias Hidrográficas com base no plano de utilização prioritária dos recursos hídricos e em propostas de enquadramento dos corpos de águas em classes de uso preponderante, com as respectivas metas.

Parágrafo único - Nas bacias hidrográficas em que ainda não estiverem instalados Comitês de Bacias Hidrográficas, a proposta referente aos Investimentos Recomendados 1994/1995 será objeto de debates a serem realizados nas UGRHI, com ampla divulgação e participação pública.

Art. 23 - O Rateio dos Investimentos Recomendados 1994/1995 será fixado mediante articulação técnica, financeira e institucional do Estado de São Paulo com a União, Estados vizinhos, Municípios e entidades nacionais e internacionais de cooperação, atendidos as diretrizes e critérios seguintes:

I - o Estado, em conjunto com os Municípios, procurará obter da União, a fundo perdido ou mediante financiamentos nacionais e internacionais, os recursos que permitam atingir progressivamente, as metas correspondentes aos Investimentos Recomendados - IR 1994/1995;

II - as obras de coleta, tratamento e disposição de esgotos urbanos, relacionados nos Investimentos Recomendados 1994 /1995, e/ou previstas no Plano Estadual de Saneamento para o mesmo período, deverão ser executadas, pelos Municípios ou pelas concessionárias de sistemas de saneamento, com recursos próprios ou obtidos de financiamentos, com retorno a ser assegurado pelas tarifas correspondentes;

III - para cumprir o disposto no inciso anterior, o Estado, durante os próximos 10 (dez) anos, poderá proporcionar, ou obter da União, recursos a fundo perdido, para projetos e obras de tratamento de esgotos urbanos, de até 80% (oitenta por cento) dos investimentos necessários;

IV - a participação financeira do Estado em programas conjuntos com os Municípios, inclusive em relação ao previsto no inciso anterior, levará em conta indicadores políticos, econômicos e sociais sobre a capacidade técnica, financeira e institucional dos mesmos, assim como da situação dos recursos hídricos, saneamento e meio ambiente no âmbito local e regional, de forma a compensar e atenuar os desníveis econômicos e ambientais entre os Municípios e entre as bacias hidrográficas;

V - sempre que houver interesse privado em assegurar a oferta quantitativa e qualitativa dos recursos hídricos, os investimentos serão feitos em parceria entre o Estado, os Municípios e a iniciativa privada, especialmente quando da constituição de associação de irrigantes ou de associações de usuários.

§ 1º - O Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CRH e o Conselho de Orientação do Fundo

Estadual de Recursos Hídricos - COFEHIDRO estabelecerão normas e procedimentos a serem obedecidos no rateio dos Investimentos Recomendados 1994/1995.

§ 2º - Os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos e de Saneamento estabelecerão, de comum acordo, critérios de aplicação e investimentos de interesse comum, previstos nos respectivos planos e programas.

Art. 24 - A execução de obras de uso múltiplo, de interesse comum ou coletivo, será precedida de proposta de rateio de custos entre os beneficiados, a ser aprovada pelo Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos - COFEHIDRO, conforme critérios e normas a serem estabelecidos pelo CRH.

CAPÍTULO VI

Relatório de Situação dos Recursos Hídricos

Art. 25 - Os Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo serão elaborados anualmente, tomando-se por base os Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas.

Art. 26 - O Relatório de Situação dos Recursos Hídricos deverá conter as seguintes partes:

I - hidrologia, abrangendo as chuvas, vazões, volumes acumulados nos reservatórios, balanço hídrico e informações hidrogeológicas e hidrometeorológicas de interesse geral;

II - demandas para abastecimento público, industrial e irrigação, com discriminação das outorgas de uso e licenças concedidas;

III - demandas não consuntivas, para geração hidrelétrica, navegação fluvial, recreação e outras;

IV - ocorrência de eventos hidrológicos críticos como inundações, estiagens, chuvas intensas que provoquem escorregamentos de solo, com avaliação dos respectivos prejuízos econômicos, sociais e ambientais;

V - qualidade das águas superficiais e subterrâneas, em reservatórios, costeiras estuarinas, com ênfase para as mananciais de abastecimento das populações e para a balneabilidade das utilizadas para recreação e esportes;

VI - vazões lançadas e cargas poluidoras potenciais e remanescentes, com discriminação das outorgas de uso e licenças concedidas;

VII - incidência das doenças de veiculação hídrica;

VIII - ocorrência de erosão, laminar e profunda, urbana e rural, com avaliação dos respectivos prejuízos econômicos, sociais e ambientais, e seus impactos nos recursos hídricos;

IX - balanço entre disponibilidade e demanda de recursos hídricos, com indicação de bacias hidrográficas, críticas, em termos quantitativos e qualitativos;

X - avaliação do andamento dos programas previstos no presente PERH, sob o ponto de vista físico, econômico-financeiro e de benefícios econômicos, sociais e ambientais, com proposição dos ajustes necessários;

XI - situação do FEHIDRO e dos programas e projetos por ele financiados, discriminando-se as receitas, aplicações, contratos, desembolsos e amortizações;

XII - desenvolvimento institucional do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH, avaliação do desempenho dos órgãos e entidades dele integrantes e dos resultados do treinamento técnico e gerencial de recursos humanos;

XIII - propostas de alterações na divisão hidrográfica e nas áreas de jurisdição dos Comitês de Bacias, associações de irrigantes e de associações de usuários;

XIV - discriminação das deliberações e atos do CRH, dos Comitês de Bacias Hidrográficas e do COFEHIDRO;

XV - anexos com documentação técnica, jurídica e administrativa suficiente para instruir a aprovação do Relatório.

CAPÍTULO VII

Planos de Bacias Hidrográficas

Art. 27 - Os planos de bacias hidrográficas serão elaborados em conformidade com o artigo 17, da Lei n. 7.663, de 30 de dezembro de 1991 e com esta Lei.

Art. 28 - Os primeiros planos de bacias hidrográficas serão elaborados para as Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari, Jundiaí, Alto Tietê e Baixada Santista e os demais seguirão a mesma seqüência de implantação dos Comitês de Bacias Hidrográficas, conforme o artigo 9. desta Lei.

Art. 29 - Enquanto não houver plano estabelecido para uma determinada bacia hidrográfica e implantação do respectivo comitê, os órgãos e entidades estaduais de gerenciamento de recursos hídricos, meio ambiente e saneamento, em articulação com os Municípios, poderão adotar planos provisórios, de forma a orientar o gerenciamento de recursos hídricos.

§ 1º - O CRH poderá constituir grupos técnicos específicos para a elaboração dos planos provisórios previstos neste artigo, com a participação de órgãos e entidades estaduais e municipais e, se for o caso, convidar para integrá-los representantes de órgãos e entidades federais, de outros Estados e de entidades privadas.

§ 2º - Em parceria ou colaboração com entidades e empresas privadas, industriais e irrigantes, poderão ser elaborados planos e projetos para sub-bacias e áreas específicas, mediante convênios e contratos.

CAPÍTULO VIII

Disposições Finais e Transitórias

Art. 30 - Caberá ao CRH estabelecer normas complementares para a execução, atualização, revisão, avaliação e controle do PERH.

Art. 31 - (Revogado pela Lei n. 12.183, de 29.12.05)

Página:	8
Redação original:	
Art. 31 - A implantação da cobrança pelo uso da água será feita em conformidade com o artigo 14 da Lei n. 7.663, de 30 de dezembro de 1991, e de forma gradativa, atendendo-se obrigatoriamente às seguintes fases:	
I - desenvolvimento, a partir de 1994, de programa de comunicação social sobre a necessidade econômica, social e ambiental, da utilização racional e proteção da água.	
II - implantação, em 1994, do sistema integrado de outorga do direito de uso dos recursos hídricos, devidamente compatibilizado com sistemas correlacionados, de licenciamento ambiental e metropolitano;	
III - cadastramento dos usuários das águas e regularização das outorgas de direito de uso, durante a implantação do Plano Estadual de Recursos Hídricos 1994/1995;	
IV - articulação com a União e Estados vizinhos tendo em vista a implantação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, nas bacias hidrográficas de rios de domínio federal;	
V - desenvolvimento, a partir de 1994, de estudos para a proposição de critérios e normas para a fixação dos valores a serem cobrados pelo uso dos recursos hídricos, e para a definição de instrumentos técnicos e jurídicos necessários à implantação da cobrança pelo uso da água;	
VI - proposição de critérios e normas para a fixação dos valores a serem cobrados, definição de instrumentos técnicos e jurídicos necessários à implantação da cobrança pelo uso da água, no projeto de lei referente ao segundo Plano Estadual de Recursos Hídricos, a ser aprovado em 1995.	

Art. 32 - Após a aprovação pelo CRH, O CORHI publicará, em até 90 (noventa) dias da promulgação desta Lei, o seguinte:

I - Mapa "Base Hidrográfica para o Gerenciamento de Recursos Hídricos", contendo:

a) rede hidrográfica, com discriminação do domínio das águas e o enquadramento em classes de uso preponderante vigente;

b) os aquíferos subterrâneos e seu zoneamento à vulnerabilidade à poluição;

c) as áreas ou territórios ambientalmente protegidos;

d) os reservatórios existentes ou projetados;

e) a rede de observação hidrológica, hidrometeorológica e hidrogeológica e de monitoramento da qualidade das águas.

II - os “Quadros UGRHI-1 a UGRHI-22 - Projetados Integrados de Recursos Hídricos por Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHI”, contendo, no mínimo:

a) diagnóstico, diretrizes, objetivos e metas a serem atingidos;

b) disponibilidade e demandas hídricas atuais e previstas;

c) discriminação de prioridades e dos investimentos, segundo as categorias desejável, piso e recomendado.

Art. 33 - Caberá às entidades básicas componentes do Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos - CORHI reservar, nos seus orçamentos, os recursos necessários para suporte das atividades do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SIGRH e para a elaboração, avaliação e controle do PERH - 1994/1995.

Art. 34 - As despesas resultantes da aplicação desta Lei serão cobertas com dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 35 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial os artigos 4º e 8º das Disposições Transitórias da Lei n. 7.663, de 30 de dezembro de 1991.

Luiz Antonio Fleury Filho - Governador do Estado.

ANEXO I

A que se refere o artigo 4º da Lei nº 9.034, de 27 de dezembro de 1994

MAPA DA DIVISÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO EM UNIDADES HIDROGRÁFICAS DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

(Ilegível no original)

ANEXO II
A que se refere o artigo 5º da
Lei nº 9.034, de 27 de dezembro de 1994

DISCRIMINAÇÃO DOS MUNICÍPIOS INTEGRANTES DE CADA UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS - UGRHI		
01 MANTIQUEIRA		
1 Campos do Jordão	2 Santo Antônio do Pinhal	3 São Bento do Sapucaí
02 PARAÍBA DO SUL		
1 Aparecida	12 Jacareí	23 Queluz
2 Arapeí	13 Jambeiro	24 Redenção da Serra
3 Areias	14 Lagoinha	25 Roseira
4 Bananal	15 Lavrinhas	26 Santa Branca
5 Caçapava	16 Lorena	27 Santa Isabel
6 Cachoeira Paulista	17 Monteiro Lobato	28 São José do Berreiro
7 Cruzeiro	18 Natividade da Serra	29 São José dos Campos
8 Cunha	19 Paraibuna	30 São Luís do Paraitinga
9 Guararema	20 Pindamonhangaba	31 Silveiras
10 Guaratinguetá	21 Piquete	32 Taubaté
11 Igaratá	22 Potim	33 Tremembé
03 LITORAL NORTE		
1 Caraguatatuba	3 São Sebastião	4 Ubatuba
2 Ilhabela		
04 PARDO		
1 Altinópolis	9 Itobi	17 São Simão
2 Brodósqui	10 Jardínópolis	18 Serra Azul
3 Caconde	11 Mocóca	19 Serrana
4 Cajurú	12 Ribeirão Preto	20 Tambaú
5 Casa Branca	13 Sales de Oliveira	21 Tapiratiba
6 Cássia dos Coqueiros	14 Santa Rosa do Viterbo	22 Vergem Grande do Sul
7 Cravinhos	15 São José do Rio Pardo	
8 Divinilândia	16 São Sebastião da Gramma	
05 PIRACICABA/CAPIVARÍ/JUNDIAÍ		
1 Águas de São Pedro	20 Ipeúna	39 Pinhalzinho
2 Americana	21 Iracemópolis	40 Piracaia
3 Amparo	22 Itatiba	41 Piracicaba
4 Analândia	23 Itupeva	42 Rafard
5 Artur Nogueira	24 Jaguariúna	43 Rio Claro
6 Atibaia	25 Jarínú	44 Rio das Pedras
7 Bom Jesus dos Perdões	26 Joanópolis	45 Salto
8 Bragança Paulista	27 Jundiaí	46 Saltinho
9 Campinas	28 Limeira	47 Santa Bárbara D'Oeste
10 Campo Limpo Paulista	29 Louveira	48 Santa Gertrudes
11 Capivarí	30 Mombuca	49 Santa Maria da Serra
12 Charqueada	31 Monte Alegre do Sul	50 Santo Antonio de Posse
13 Cordeirópolis	32 Monte Mor	51 São Pedro
14 Corumbataí	33 Morumgaba	52 Sumaré
15 Cosmópolis	34 Nazaré Paulista	53 Tuiutí
16 Elias Fausto	35 Nova Odessa	54 Valinhos
17 Holambra	36 Paulínea	55 Vargem
18 Hortolândia	37 Pedra Bela	56 Várzea Paulista

19 Indaiatuba	38 Pedreira	57 Vinhedo
06 ALTO TIETÊ		
1 Arujá	13 Franco da Rocha	25 Ribeirão Pires
2 Barueri	14 Guarulhos	26 Rio Grande da Serra
3 Biritiba-Mirim	15 Itapeceira da Serra	27 Salesópolis
4 Caieiras	16 Itapevi	28 Santana do Parnaíba
5 Cajamar	17 Itaquaquecetuba	29 Santo André
6 Carapicuíba	18 Jandira	30 São Bernardo do Campo
7 Cotia	19 Mairiporã	31 São Caetano do Sul
8 Diadema	20 Mauá	32 São Paulo
9 Embú	21 Mogi das Cruzes	33 Susano
10 Embú-Guaçu	22 Osasco	34 Taboão da Serra
11 Ferraz de Vasconcelos	23 Pirapora do Bom Jesus	
12 Francisco Morato	24 Poá	
07 BAIXADA SANTISTA		
1 Bertioga	4 Itanhaém	7 Praia Grande
2 Cubatão	5 Mongaguá	8 Santos
3 Guarujá	6 Peruíbe	9 São Vicente
08 SAPUCAÍ/GRANDE		
1 Aramina	9 Ipuã	17 Restinga
2 Batatais	10 Itirapuã	18 Ribeirão Corrente
3 Buritizal	11 Ituverava	19 Rifaina
4 Cristais Paulista	12 Jeriquara	20 Santo Antonio da Alegria
5 Franca	13 Miguelópolis	21 São Joaquim da Barra
6 Guaíra	14 Nuporanga	22 São José da Bela Vista
7 Guará	15 Patrocínio Paulista	
8 Igarapava	16 Pedregulho	
09 MOGI-GUAÇU		
1 Aguai	14 Guataporá	27 Pradópolis
2 Águas da Prata	15 Itapira	28 Rincão
3 Águas de Lindóia	16 Jaboticabal	29 Santa Cruz da Conceição
4 Américo Brasiliense	17 Leme	30 Santa Cruz das Palmeiras
5 Araras	18 Lindóia	31 Santa Lúcia
6 Barrinha	19 Luis Antônio	32 Santa Rita do Passa Quatro
7 Conchal	20 Mogi-Guaçu	33 Santo Antonio do Jardim
8 Descalvado	21 Mogi-Mirim	34 São João da Boa Vista
9 Dumont	22 Motuca	35 Serra Negra
10 Engenheiro Coelho	23 Pirassununga	36 Sertãozinho
11 Espírito Santo do Pinhal	24 Pitangueiras	37 Socorro
12 Estiva Gerbi	25 Pontal	
13 Guariba	26 Porto Ferreira	
10 TIETÊ/SOROCABA		
1 Alambari	12 Cesário Lange	23 Salto
2 Alumínio	13 Conchas	24 Salto de Pirapora
3 Anhembi	14 Ibiúna	25 São Roque
4 Araçariguama	15 Iperó	26 Sarapuí
5 Araçoiaba da Serra	16 Itú	27 Sorocaba
6 Bofete	17 Laranjal Paulista	28 Tatuí
7 Boituva	18 Mairinque	29 Tietê
8 Botucatu	19 Pereiras	30 Torre de Pedra
9 Cabreúva	20 Piedade	31 Vargem Grande Paulista
10 Capela da Alto	21 Poramgaba	32 Votorantim

11 RIBEIRA DE IGUAPE/LITORAL SUL

1 Apiaí	9 Iporanga	17 Pariquera-Açú
2 Barra do Chapéu	10 Itaóca	18 Pedro de Toledo
3 Barra do Turvo	11 Itapirapuã Paulista	19 Registro
4 Cajati	12 Itariri	20 Ribeira
5 Cananéia	13 Jacupiranga	21 São Lourenço da Serra
6 Eldorado	14 Juquiá	22 Sete Barras
7 Iguape	15 Juquitiba	23 Tapiraí
8 Ilha Comprida	16 Miracatu	

12 BAIXO PARDO/GRANDE

1 Altair	5 Colômbia	9 Morro Agudo
2 Barretos	6 Guaraci	10 Orlândia
3 Bebedouro	7 Icém	11 Terra Roxa
4 Colina	8 Jaborandi	12 Viradouro

13 TIETÊ/JACARÉ

1 Agudos	12 Brotas	23 Lençóis Paulista
2 Araraquara	13 Dois Córregos	24 Macatuba
3 Arealva	14 Dourado	25 Mineiros do Teitê
4 Areiópolis	15 Iacanga	26 Nova Europa
5 Bariri	16 Ibaté	27 Pederneiras
6 Barra Bonita	17 Ibitinga	28 Ribeirão Bonito
7 Baurú	18 Igaracú do Teitê	29 São Carlos
8 Boa Esperança do Sul	19 Itajú	30 São Manoel
9 Bocaina	20 Itapuí	31 Tabatinga
10 Boracéia	21 Itapetí	32 Torrinha
11 Borebi	22 Jaú	

14 ALTO PARANAPANEMA

1 Angatuba	13 Ipaçu	25 Ribeirão Branco
2 Arandu	14 Itaberá	26 Ribeirão Grande
3 Barão de Antonina	15 Itai	27 Riversul
4 Bernardino de Campos	16 Itapetininga	28 São Miguel Arcanjo
5 Bom Sucesso de Itararé	17 Itapeva	29 Sarutaiá
6 Buri	18 Itaporanga	30 Taguaí
7 Campina do Monte Alegre	19 Itararé	31 Taquarituba
8 Capão Bonito	20 Mandurí	32 Taquarivaí
9 Coronel Macedo	21 Nova Campira	33 Tejupá
10 Fartura	22 Paranapanema	34 Timburí
11 Guapiara	23 Pilar do Sul	
12 Guareí	24 Pirajú	

15 TURVO/GRANDE

1 Álvares Florence	22 Meridiano	43 Pontes Gestal
2 Américo de Campos	23 Mesópolis	44 Populina
3 Ariranha	24 Mira Estrela	45 Riolândia
4 Aspásia	25 Mirassol	46 Santa Adélia
5 Bálsamo	26 Mirasolândia	47 Santa Albertina
6 Caiobí	27 Monte Alto	48 Santa Clara D'Oeste
7 Candido Rodrigues	28 Monte Azul Paulista	49 Santa Rita D'Oeste
8 Cardoso	29 Nova Granada	50 São José do Rio Preto
9 Catanduva	30 Novaes	51 Severinia

10 Catiguá	31 Olimpia	52 Tabapuã
11 Cedral	32 Onda Verde	53 Taiaçu
12 Cosmorana	33 Orindiúva	54 Taiúva
13 Doleinópolis	34 Palestina	55 Tanabi

14 Embaúba	35 Palmares Paulista	56 Turmalina
15 Estrela D'Oeste	36 Paraíso	57 Uchos
16 Fernando Prestes	37 Paranapuã	58 Urânia
17 Fernandópolis	38 Parici	59 Valentim Gentil
18 Guapiaçu	39 Paulo de Faria	60 Vista Alegre do Alto
19 Guarani D'Oeste	40 Pedranópolis	61 Votuporanga
20 Indaiaporã	41 Pindorama	
21 Macedônia	42 Pinrangi	

16 TIETÊ/BATALHA

1 Adolfo	12 Irapuã	23 Piratininga
2 Avaí	13 Itajobí	24 Pongaí
3 Bady Bassit	14 Itápolis	25 Potirendaba
4 Balbinos	15 Jaci	26 Presidente Alves
5 Borborema	16 Lins	27 Reginópolis
6 Cafelândia	17 Marapuama	28 Sabino
7 Dobrada	18 Matão	29 Sales
8 Elisiário	19 Mendonça	30 Santa Ernestina
9 Guaíçara	20 Nova Aliança	31 Taquaratinga
10 Guarantã	21 Novo Horizonte	32 Urú
11 Ibirá	22 Pirajuí	33 Urupês

17 MÉDIO PARANAPANEMA

1 Águas de Santa Bárbara	14 Espírito Santo do Turvo	27 Palmital
2 Alvilândia	15 Florínea	28 Paraguaçu Paulista
3 Assis	16 Gália	29 Pardinho
4 Avaré	17 Iaras	30 Pedrinhas Paulista
5 Cabralia Paulista	18 Ibirarema	31 Platina
6 Campos Novos Paulista	19 Itatinga	32 Quatá
7 Cândido Mota	20 João Ramalho	33 Rancharia
8 Canitar	21 Lucianópolis	34 Ribeirão do Sul
9 Cerqueira César	22 Lupércio	35 Salto Grande
10 Chavantes	23 Maracai	36 Santa Cruz do Rio Pardo
11 Cruzália	24 Ocauçu	37 São Pedro do Turvo
12 Duartina	25 Óleo	38 Tarumã
13 Echaporã	26 Ourinhos	39 Ubirajara

18 SÃO JOSÉ DOS DOURADOS

1 Aparecida D'Oeste	9 Marinópolis	17 Santa Fé do Sul
2 Auriflama	10 Monte Aprazível	18 Santana da Ponte Pensa
3 Dirce Reis	11 Neves Paulista	19 São Francisco
4 Floreal	12 Nhandeara	20 São João das Duas Pontes
5 General Salgado	13 Nova Canaã Paulista	21 São João de Iracema
6 Guzolândia	14 Palmeira D'Oeste	22 Sebastianópolis do Sul
7 Ilha Solteira	15 Pontalinda	23 Susanópolis
8 Jales	16 Rubinéia	24 Três Fronteiras

19 BAIXO TIETÊ

1 Alto Alegre	15 Guaraçaí	29 Pereira Barreto
2 Andradina	16 Guararapes	30 Planalto
3 Araçatuba	17 Itapura	31 Poloni
4 Avanhandava	18 José Bonifácio	32 Promissão

5 Barbosa	19 Lavínia	33 Rubiacéia
6 Bento de Abreu	20 Lurdes	34 Santo Antonio do Aracanguá
7 Bilac	21 Macauba	35 Sud Menucci
8 Biriguí	22 Magda	36 Turiúba
9 Braúna	23 Mirandópolis	37 Ubarana
10 Buritama	24 Monções	38 União Paulista
11 Castilho	25 Murutinga do Sul	39 Valparaíso
12 Coroados	26 Nipoã	40 Zacarias
13 Gastão Vidigal	27 Nova Luzitânia	
14 Glicério	28 Penápolis	
20 AGUAPEÍ		
1 Álvaro de Carvalho	12 Luisiânia	23 Quintana
2 Clementina	13 Monte Castelo	24 Rinópolis
3 Dracena	14 Nova Guataporanga	25 Salmourão
4 Gabriel Monteiro	15 Nova Independência	26 Santa Mercedes
5 Garça	16 Pacaembu	27 Santópolis do Aguapei
6 Getulina	17 Panorama	28 São João do Pau D'Alho
7 Guaimbé	18 Parapuã	29 Tupã
8 Herculândia	19 Paulicéia	30 Tupi Paulista
9 Iacri	20 Piacatú	31 Vera Cruz
10 Júlio Mesquita	21 Pompéia	
11 Lucélia	22 Queiróz	
21 PEIXE		
1 Adamantina	9 Flórida Paulista	17 Martinópolis
2 Alfredo Marcondes	10 Indiana	18 Oriente
3 Álvares Machado	11 Inúbia Paulista	19 Oscar Bressane
4 Bastos	12 Irapurú	20 Osvaldo Cruz
5 Borá	13 Junqueirópolis	21 Ouro Verde
6 Caiabu	14 Lutécia	22 Piquerobi
7 Emilianópolis	15 Mariápolis	23 Sagres
8 Flora Rica	16 Marília	24 Santo Expedito
22 PONTAL DO PARANAPANEMA		
1 Anhumas	8 Narandiba	15 Rosana
2 Caiuá	9 Pirapozinho	16 Sandovalina
3 Estrela do Norte	10 Presidente Bernardes	17 Santo Anastácio
4 Euclides da Cunha Paulista	11 Presidente Epitácio	18 Taciba
5 Iepê	12 Presidente Prudente	19 Tarabaí
6 Marabá Paulista	13 Presidente Venceslau	20 Teodoro Sampaio
7 Mirante do Paranapanema	14 Regente Feijó	

ANEXO III

A que se refere o parágrafo único do artigo 10
da Lei nº 9.034, de 27 de dezembro de 1994

CLASSIFICAÇÃO DAS UNIDADES HIDROGRÁFICAS DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS-UGRHI		
1	Mantiqueira	Conservação
2	Paraíba do Sul	Industrial
3	Litoral Norte	Conservação
4	Pardo	Em Industrialização
5	Piracicaba/Capivari/Jundiai	Industrial
6	Alto Teitê	Industrial
7	Baixada Santista	Industrial
8	Sapucaí/Grande	Em Industrialização
9	Mogi-Guaçu	Em Industrialização
10	Tietê/Sorocaba	Industrial
11	Ribeira de Iguape/Litoral Sul	Conservação

12	Baixo Pardo/Grande	Em Industrialização
13	Tietê/Jacaré	Em Industrialização
14	Alto Paranapanema	Conservação
15	Turvo/Grande	Agropecuária
16	Tietê/Batalha	Agropecuária
17	Médio Paranapanema	Agropecuária
18	São José dos Dourados	Agropecuária
19	Baixo Tietê	Agropecuária
20	Aguapeí	Agropecuária
21	Peixe	Agropecuária
22	Pontal do Paranapanema	Agropecuária

ANEXO IV

A que se refere o parágrafo único do Artigo 18 e Artigo 19 da
Lei nº 9.034, de 27 de dezembro de 1994

CARACTERIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA	
01 PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS-PGRH	
PLANEJAMENTO	Elaboração, avaliação e controle do plano quadrienal de recursos hídricos e dos planos de bacias hidrográficas. Elaboração e publicação do relatório de situação dos recursos hídricos do Estado de São Paulo.
GERENCIAMENTO	Organização, implantação e apoio técnico e administrativo aos comitês de bacias hidrográficas. Desenvolvimento, regulamentação e aplicação dos instrumentos de gerenciamento dos recursos hídricos: cadastro, outorga e cobrança. Promoção e criação de associações de usuários de recursos hídricos.
SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HÍDRICOS	Desenvolvimento e gestão do banco de dados hidrológicos. Projeto, implantação e gestão do sistema de cadastro, outorga e cobrança. Projeto, implantação e gestão do sistema de planejamento, avaliação e controle. Projeto, implantação e gestão do sistema de informações ambientais sobre recursos hídricos.
RENOVAÇÃO DA REDE HIDROLÓGICA	Desenvolvimento, modernização, operação e manutenção de rede hidrológica, hidrometeorológica, sedimentométrica e piezométrica. Implantação e operação de sistema de alerta, radares meteorológicos, redes telemétricas, sensoriamento remoto e imagens de satélite. Monitoramento da qualidade e quantidade dos recursos hídricos. Análise, processamento, publicação, divulgação e difusão de dados hidrológicos.
TECNOLOGIA E TREINAMENTO EM RECURSOS HÍDRICOS	Desenvolvimento de cursos de aperfeiçoamento e especialização em recursos hídricos. Desenvolvimento de estudos e pesquisas em recursos hídricos. Programas de desenvolvimento institucional e gerencial de valorização profissional. Programa de comunicação social e divulgação. Cooperação e intercâmbio técnico nacional e internacional.
02 APROVEITAMENTO MÚLTIPLO E CONTROLE DOS RECURSOS HÍDRICOS-PAMR	
EMPREENDIMIENTOS DE APROVEITAMENTO MÚLTIPLO E CONTROLE DOS RECURSOS HÍDRICOS	Inventários, estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental e projetos de sistemas de obras hidráulicas [ara aproveitamento múltiplo e controle dos recursos hídricos. Implantação de sistemas de aproveitamento múltiplo e controle dos recursos hídricos, com co-gestão, rateio de custos em convênio e condomínio com os setores usuários dos empreendimentos.
DESENVOLVIMENTO DO TRANSPORTE HIDROVIÁRIO	Desenvolvimento do potencial da hidrovia Tietê-Paraná. Estudos e projetos de outras hidrovias.

APROVEITAMENTO DO POTENCIAL HIDRELÉTRICO REMANESCENTE	<p>Avaliação, inventário, estudos de viabilidade e projetos de aproveitamentos hidrelétricos remanescentes do Estado de São Paulo, considerando os aproveitamentos múltiplos dos recursos hídricos.</p> <p>Implantação de pequenos e médios aproveitamentos hidrelétricos em cooperação com concessionários públicos e privados e com a participação da iniciativa privada.</p>
03 SERVIÇOS E OBRAS DE CONSERVAÇÃO, PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS-PQRH	
TRATAMENTO DE ESGOTOS URBANOS	<p>Estudos e projetos de obras de coleta, interceptação, tratamento e disposição de esgotos urbanos.</p> <p>Obras e serviços de sistemas de coleta e tratamento de esgotos urbanos.</p> <p>Sistemas de avaliação e controle de resultados de operação e manutenção de sistemas de tratamento.</p>
TRATAMENTO DE EFLUENTES INDUSTRIAIS	<p>Cadastramento e caracterização das fontes poluidoras industriais.</p> <p>Alternativas de financiamento de sistemas de tratamento de efluentes industriais.</p>
FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO DE FONTES INDUSTRIAIS DE POLUIÇÃO DAS ÁGUAS	Licenciamento, fiscalização e monitoramento das fontes industriais de poluição das águas.
CONTROLE DAS FONTES DIFUSAS DE POLUIÇÃO DAS ÁGUAS	Estudo, avaliação e controle das fontes difusas de poluição das águas, considerando atividades agrícolas e urbanas.
04 DESENVOLVIMENTO E PROTEÇÃO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS-PDAS	
CONTROLE DA PERFURAÇÃO DE POÇOS PROFUNDOS E DA EXPLORAÇÃO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS	<p>Desenvolvimento do cadastramento de poços tubulares profundos.</p> <p>Licenciamento da perfuração de poços e da exploração de águas subterrâneas.</p> <p>Gestão de aquíferos em áreas críticas de superexploração ou poluição.</p>
CARTOGRAFIA HIDROGEOLÓGICA	<p>Execução, publicação e divulgação da cartografia hidrogeológica básica..</p>
PROTEÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS	<p>Execução de cartografia da vulnerabilidade natural dos aquíferos à poluição.</p> <p>Cadastramento das fontes reais ou potenciais de poluição dos aquíferos subterrâneos.</p> <p>Zoneamento da vulnerabilidade dos aquíferos à poluição, desenvolvimento, implantação e aplicação de legislação de proteção.</p>
COOPERAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS PARA A EXPLOTAÇÃO, CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS	<p>Avaliação hidrogeológica, projeto e perfuração de poços tubulares profundos.</p> <p>Operação, controle e manutenção de sistemas de extração de águas subterrâneas.</p> <p>Convênios de cooperação entre Estado e Municípios [ara a gestão dos aquíferos de interesse local, especialmente os situados em áreas urbanas.</p>
05 CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS SUPERFICIAIS DE ABASTECIMENTO URBANO-PRMS	
IDENTIFICAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS DE ÁGUAS SUPERFICIAIS PARA ABASTECIMENTO URBANO	<p>Levantamento dos sistemas urbanos de abastecimento de água e dos mananciais de águas superficiais.</p> <p>Estudo das alternativas futuras para suprimento de água para abastecimento urbano.</p>

RACIONALIZAÇÃO DO USO DOS RECURSOS HÍDRICOS PARA ABASTECIMENTO URBANO	Desenvolvimento de legislação de proteção de mananciais de águas superficiais.
COOPERAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS PARA O DESENVOLVIMENTO E PROTEÇÃO DE MANANCIAIS DE ÁGUAS SUPERFICIAIS PARA ABASTECIMENTO URBANO	Redução das perdas e desperdícios nos sistemas urbanos de abastecimento de água. Promoção da aplicação de equipamentos hidráulicos e de saneamento que proporcionem economia de recursos hídricos.
06 DESENVOLVIMENTO RACIONAL DA IRRIGAÇÃO-PDRI	Implantação e aplicação de legislação de proteção de mananciais. Delegação aos municípios para a gestão de águas de interesse local com fins prioritários de abastecimento urbano.
DISCIPLINAMENTO DA UTILIZAÇÃO DA ÁGUA PARA IRRIGAÇÃO	Cadastramento de irrigantes e regularização das captações de águas superficiais e subterrâneas. Zoneamento hidroagrícola, com indicação das áreas de aptidão para irrigação. Gerenciamento de recursos hídricos em áreas críticas, com participação dos irrigantes.
RACIONALIZAÇÃO DO USO DA ÁGUA PARA IRRIGAÇÃO	Determinação regional dos valores de consumo das principais culturas irrigáveis, levando este conhecimento aos agricultores visando aumento a eficiência no uso da água para irrigação.
MONITORAMENTO DE ÁREAS IRRIGADAS	Acompanhamento da evolução física das áreas irrigadas através de sensoriamento remoto, confrontando como disciplinamento de utilização da água para irrigação.
OBRAS E SERVIÇOS DE SISTEMAS COLETIVOS DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM	Estudos, levantamentos, projetos e obras de sistemas coletivos de irrigação e drenagem, com participação dos irrigantes e de suas associações.
07 CONSERVAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NA INDÚSTRIA-PCRI	
ORIENTAÇÃO À LOCALIZAÇÃO INDUSTRIAL	Difusão de informações sobre as disponibilidades hídricas, superficiais e subterrâneas, e sobre o enquadramento dos corpos receptores.
RACIONALIZAÇÃO DO USO DO RECURSO HÍDRICO NA INDÚSTRIA	Promoção do uso racional das águas em atividades industriais, com o reuso e a recirculação. Promoção da utilização de equipamentos e processos que proporcionem economia de água.
DISCIPLINAMENTO DO USO DA ÁGUA PARA FINS INDUSTRIAIS	Cadastramento da utilização das águas para fins industriais e regularização das captações.
08 PREVENÇÃO E DEFESA CONTRA INUNDAÇÕES-PPDI	
IMPLANTAÇÃO DE MEDIDAS ESTRUTURAIS DE PREVENÇÃO E DEFESA CONTRA INUNDAÇÕES	Estudos, projetos, serviços e obras de desassoreamento, retificação e canalização de cursos d'água.
IMPLANTAÇÃO DE MEDIDAS NÃO ESTRUTURAIS DE PREVENÇÃO E DEFESA CONTRA INUNDAÇÕES	Convênios com os municípios para estudos, projetos, serviços e obras de controle de cheias e defesa contra inundações. Assistência e cooperação aos municípios para a implantação de medidas não estruturais de prevenção de inundações.
09 PREVENÇÃO E DEFESA CONTRA A EROSÃO DO SOLO E O ASSOREAMENTO DOS CORPOS D'ÁGUA-PPDE	
DESENVOLVIMENTO DE DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES E TECNOLOGIA PARA A PREVENÇÃO DA EROSÃO	Estudos e serviços de prevenção da erosão do solo em áreas urbanas e rurais.

REFLORESTAMENTO E RECOMPOSIÇÃO DA VEGETAÇÃO CILIAR	Produção de mudas e promoção do reflorestamento ciliar e de topos de morros. Incentivos e promoção do reflorestamento.
DESENVOLVIMENTO DE DIAGNÓSTICO, DIRETRIZES E TECNOLOGIA PARA A EXTRAÇÃO DE AREIAS E OUTROS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	Estudos e levantamentos para orientação e controle da exploração de areia e outros recursos minerais nos leitos, margens e várzeas dos cursos d'água.
10 DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS AFETADOS POR RESERVATÓRIOS E LEIS DE PROTEÇÃO DE MANANCIAS-PDMA	
DESENVOLVIMENTO DA UTILIZAÇÃO MÚLTIPLA DOS RESERVATÓRIOS	Projetos complementares para a implantação de infraestrutura para utilização dos reservatórios para recreação, esportes náuticos, turismo e pesca amadora. Projetos complementares para implantação de sistemas coletivos de irrigação e drenagem.
DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS, SERVIÇOS E OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO	Projetos complementares para a implantação de sistema de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos e de coleta e disposição de lixo.
PROGRAMAS COMPLEMENTARES DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL	Implantação e manutenção de áreas de proteção e conservação ambiental.
INFRAESTRUTURA URBANA E DESENVOLVIMENTO RURAL	Programas complementares de educação, saúde e transporte. Programas complementares de assistência e cooperação com o pequeno produtor rural. Programas complementares de eletrificação e telefonia rurais.
11 ARTICULAÇÃO INTERESTADUAL E COM A UNIÃO-PAIU	Cooperação com os Estados e a União com vistas o planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos em bacias de rios de domínio Federal.
12 PARTICIPAÇÃO DO SETOR PRIVADO-PPSP	Promoção da participação do setor privado em planejamento, projetos, serviços e obras de recursos hídricos.